

Glenda Otter/SXC



especial  
**Cidadania**

**Combate à violência  
contra a mulher  
perde recursos  
no Orçamento 8**

Orçamento da União não prevê verbas para delegacias de atendimento à mulher

## Plenário homenageia mulheres e entrega Diploma Bertha Lutz

Sessão conjunta do Congresso, no Plenário do Senado, com início às 10h, celebra o Dia Internacional da Mulher e premia sete personalidades. **5**

## Senadores pedem economia mundial voltada para todos

Na sessão especial que homenageou a Campanha da Fraternidade 2010, o apoio ao tema "Economia e Vida" dominou os discursos. **4**

J. Freitas



Marco Maciel, Marconi Perillo e o bispo anglicano dom Maurício José Andrade

## Brasil vive atraso crítico na formação de profissionais

Em debate realizado ontem à noite no Senado, especialistas advertiram que país precisa rapidamente reduzir déficit de mão de obra especializada. **6**

Aragão (E), Alcení Guerra, Fernando Collor e Arcuri, em debate na Comissão de Infraestrutura

# Parlasul condena tentativa de explorar petróleo nas Malvinas

Com votos do Brasil, Paraguai e Uruguai, Parlamento do Mercosul aprova proposta da Argentina e repudia anúncio do Reino Unido, que pretende iniciar prospecção e extração de óleo no arquipélago



Leopoldo Silva

Senadores (ao fundo) participam de reunião com embaixador Regis Arslanian (2º à dir.) antes da sessão do Parlasul

## Ilhas Malvinas

Com pouco mais de 3 mil habitantes, arquipélago foi palco de uma guerra entre Inglaterra e Argentina, em 1982, que deixou mais de 900 mortos. Os britânicos venceram o conflito



A decisão do Reino Unido de iniciar a exploração petrolífera nas Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul, foi repudiada ontem pelo Parlamento do Mercosul. O colegiado aprovou, em Montevideu, proposta da Argentina, que reivindica a soberania sobre o arquipélago, chamado pelos britânicos de Falkland Islands. Em 1982, os dois países entraram em guerra pelo controle das ilhas. **3**

## Biblioteca lança catálogo de obras raras e valiosas de Luiz Viana Filho **2**



Genildo Magela

## Lei dá incentivo fiscal para o apoio a idosos

O Fundo Nacional do Idoso, criado por lei sancionada em 20 de janeiro, permite deduzir do Imposto de Renda doações feitas para financiar programas de apoio. **7**



Entre as 11 mil obras compradas pela biblioteca, foram selecionadas as mais raras e valiosas da coleção



Busto de Luiz Viana Filho na Biblioteca: José Mindlin assina prefácio do catálogo

# Senado lança catálogo de obras raras de Luiz Viana

O SENADO FEDERAL lança hoje, às 18h30, o *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*. O evento, na Biblioteca do Senado, faz parte das comemorações do Dia do Bibliotecário, que transcorre em 12 de março.

O catálogo lista 275 obras raras, selecionadas pelos critérios de antiguidade; valor histórico, cultural e literário; importância no universo dos bibliófilos, pesquisadores e historiadores; e edições consideradas especiais no mercado editorial.

Autor do prefácio, o bibliófilo José Mindlin – que morreu no dia 28 de fevereiro – foi amigo de Luiz Viana Filho, patrono da biblioteca e antigo dono da coleção dos livros que integram o catálogo, adquiridos pelo Senado nos anos 1990. Ele destaca que são poucas as pessoas que poderiam se gabar de uma cultura tão vasta quanto a de Luiz Viana Filho.

Na apresentação da obra, o presidente do Senado, José Sarney, conta como se deu o processo de aquisição, pelo Senado, da biblioteca de Luiz Viana. Depois que o ex-senador e ex-governador da Bahia morreu, em 1990, Sarney, que presidia o Senado à época, iniciou a compra dos livros. Seu sucessor, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, concluiu a negociação.

“A família, dona Juju e os filhos, preocupavam-se mais com a preservação da integridade do acervo do que com seu valor material, e o que pediam era justamente que a biblioteca não fosse dispersa em meio ao restante da Biblioteca do Senado, mas mantida como uma coleção à parte. Durante as negociações e avaliação feita por vários experts, em 1997 foram incorporados os 11 mil volumes à Biblioteca do Senado”, relata Sarney.

## Trabalho cuidadoso de seleção e resenha levou quase dois anos

Em abril de 2008, por sugestão da diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, foi criado um grupo de trabalho cujo objetivo principal era elaborar o *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*.

Foram feitos um levantamento bibliográfico e uma catalogação de todas as obras raras da coleção. Com a ajuda da Biblioteca Nacional, referência no estudo de obras raras, foram estabelecidos os

critérios para a definição de uma obra como sendo rara e valiosa. Chegou-se a um total de 275 obras para compor o catálogo. As resenhas foram elaboradas por bibliotecários da equipe do Senado.

O catálogo foi dividido em grandes temas: “Textos históricos dos séculos XVIII e XIX”, “Obras de autores biografados por Luiz Viana Filho”, e “Obras literárias”. Um especialista em Direito e História contribuiu para a revisão final das resenhas e para a seleção de novas obras e distribuição temática. Além das obras selecionadas, o catálogo apresenta a relação total dos livros e folhetos raros e valiosos que compõem o acervo, denominada *Catálogo topográfico*, acompanhado de índices de autores, títulos e assuntos.

Seleção das obras raras para o catálogo contou com ajuda da Biblioteca Nacional

## Proposta que cria o Fundo Social é enviada a sete comissões da Casa

A Mesa do Senado encaminhou ontem a sete comissões permanentes o projeto de lei de iniciativa do governo que cria o Fundo Social com dinheiro que será arrecadado da exploração do petróleo na camada pré-sal. Vinculado à Presidência da República, o fundo constituirá uma fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional.

O dinheiro deverá financiar programas e projetos nas áreas de combate à pobreza; de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia; e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os programas observarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

No mínimo, 5% dos recursos a serem aplicados no combate à pobreza serão destinados a um fundo específico, a ser gerido pelo Ministério da Previdência Social, para recomposição da diferença entre o que foi recolhido em salários mínimos e o efetivamente pago pela Previdê-

dência Social a seus segurados. Após a recomposição das perdas previdenciárias, os recursos serão direcionados para projetos e programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Os recursos do fundo destinados aos programas para desenvolvimento social e regional devem obedecer a critérios de redução das desigualdades regionais, levando em conta o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios e dando prioridade aos que se encontram abaixo da média nacional.

A leitura do ofício da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto foi feita na tarde de ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão. A matéria será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

## Senado FM começa transmissões em Fortaleza na sexta

A Rádio Senado FM iniciará suas transmissões em Fortaleza, na próxima sexta-feira, na frequência de 103,3 MHz. A cerimônia de inauguração contará com a presença do 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI).

A emissão da Rádio Senado para Fortaleza será implantada, inicialmente, em caráter experimental, mas irá reproduzir toda a programação normal da Senado FM.

De segunda a quinta-feira, a emissora transmite, ao vivo, as sessões plenárias do Senado, que começam a partir das 14h. Às sextas-feiras, as sessões se iniciam às 9h.

Nas manhãs de terças, quartas e quintas-feiras, o ouvinte pode acompanhar os debates e as votações promovidos pelas comissões temáticas da Casa. Neles, os senadores discutem entre si e com convidados da sociedade os projetos que deverão originar as novas leis.

O resumo do trabalho legislativo vira notícia e integra a programação jornalística da Rádio Senado, em boletins transmitidos ao longo de toda a jornada. Além dos noticiários, a emissora veicula programas culturais, radiodocumentários e peças institucionais de serviço público.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp)

### Plenário Medidas provisórias

14h A pauta de votações está trancada por três medidas provisórias e pelo projeto de lei que exige formação de nível superior para docentes que atuam na educação básica, que tramita em urgência constitucional

### Presidência As novas mídias e a crise

9h45 O presidente do Senado, José Sarney, recebe as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e, às 10h, preside sessão solene do Congresso. Às 14h, profere palestra sobre “As novas mídias e a crise do modelo político”, no seminário de lançamento do Programa Brasilianas.org, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Às 16h, preside a ordem do dia.

### Congresso Dia Internacional da Mulher

10h Sessão solene, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Internacional da Mulher e premiar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz: Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá e Clara Perelberg Steinberg, além de homenagear Fani Lerner (*in memoriam*) e Maria Lygia de Borges Garcia.

### CRA Fime Agrícola na pauta

9h30 A prorrogação de créditos do Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Fime Agrícola), do BNDES, e a possibilidade de refinanciamento por parte de agricultores já tomadores de crédito serão discutidas na comissão. Estão convidados o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o assessor técnico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) Ademiro Vian; e o consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Guilherme Dias.

### Obras raras Coleção Luiz Viana Filho

18h30 O Senado Federal lança, na Biblioteca do Senado, o *Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho*. O evento faz parte das comemorações do Dia do Bibliotecário, que transcorre em 12 de março.

### CAE Incentivo à contratação

10h A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa proposta que dispõe sobre operações de fomento mercantil – *factoring*. Também consta da pauta projeto que estabelece incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores com mais de 50 anos. Outra proposta trata de uma política de controle da natalidade de cães e gatos.

### CE Prazo de carência para o Fies

11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional. Serão analisadas cinco emendas de Plenário. Outra proposta em exame altera a Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo.

### CMA Meia-entrada pela internet

11h30 Na pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), projeto que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada. A proposta receberá decisão terminativa na comissão. Outro projeto a ser examinado em caráter terminativo estabelece a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte.

### CCT Plano sobre banda larga

9h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate o Plano Nacional de Banda Larga com o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins; os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Mota Sardenberg; da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, Luis Cuza; da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), José Fernandes Pauletti; e o coordenador dos programas de inclusão digital do governo federal, Cesar Santos Alvarez.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Parlamento do Mercosul se solidariza com proposta argentina e condena disposição do Reino Unido de iniciar exploração de petróleo nas ilhas

# Parlasul repudia decisão inglesa sobre Malvinas

O PARLAMENTO DO MERCOSUL aprovou ontem declaração de “enérgico repúdio” à decisão do Reino Unido de autorizar a exploração de petróleo na área da plataforma continental ao redor das Ilhas Malvinas. A proposta foi apresentada pela Argentina e contou com o apoio de parlamentares dos outros três países do bloco – Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na declaração, o parlamento anuncia sua decisão de instar o Reino Unido a “cessar de imediato esta ou qualquer outra ação unilateral similar”, além da intenção de fazer chegar o conteúdo da declaração a todos os foros e organismos internacionais.

O texto sustenta também a “necessidade de que todos os países-irmãos da região acompanhem a República Argentina, adotando medidas tendentes a não cooperar com as tarefas de exploração anunciadas por empresas britânicas”.

Entre abril e junho de 1982, Argentina e Reino Unido se envolveram em uma guerra pelo controle das ilhas, vencida pelos britânicos – que chamam o arquipélago de Falkland Islands. O conflito causou a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e três civis das ilhas.

Os parlamentares argentinos observaram que a autorização do início da exploração de petróleo

nas Malvinas poderá tornar mais delicada a situação das ilhas, ocupadas pelos britânicos desde 1833. Por outro lado, lembraram que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou resolução em favor de uma negociação pacífica entre os dois países a respeito da soberania sobre as ilhas.

– É importante que o Parlamento do Mercosul possa se expressar de forma contundente contra a autorização da exploração de petróleo nas Malvinas – disse o parlamentar argentino Ruperto Godoy.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou a sua solidariedade à Argentina. Ele recordou que outras regiões do planeta têm passado por diversos conflitos por causa do petróleo.

– Não sei o que pode acontecer caso se transfira a luta pelo petróleo para a América do Sul – alertou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) sustentou a necessidade de se fortalecer o Mercosul, para que o bloco possa garantir maior apoio à Argentina na questão das Malvinas. O parlamentar paraguaio Eric Salum classificou a atitude do governo britânico como “imperialista e colonialista”. E o parlamentar uruguaio Javier Ibarra considerou também preocupante a “agressão à soberania” argentina sobre as Malvinas.

## Solidariedade às vítimas de terremotos no Haiti e no Chile

Por sugestão de seu presidente, o argentino José Pampuro, o Parlasul declarou ontem, em Montevidéu, no Uruguai, sua “mais profunda solidariedade” ao Chile e ao Haiti, particularmente para com as famílias das vítimas dos terremotos que atingiram os dois países.

Os parlamentares do bloco também manifestaram satisfação pela ajuda enviada, que classificaram como “um claro gesto de fraternidade”. Por outro lado, ressaltaram a

necessidade de se continuar trabalhando em conjunto pela reconstrução das regiões devastadas pelos terremotos.

Na opinião dos parlamentares, ainda de acordo com a declaração aprovada, os desastres naturais que afetaram os dois países “mostraram ao mundo inteiro as profundas desigualdades sociais e econômicas que sofre nossa região, em particular a República do Haiti, onde é clara e manifesta a injustiça social”.

## Governos deverão priorizar compra de produtos verdes

As compras governamentais feitas pelos países que integram o Mercosul deverão privilegiar “produtos oriundos de processos produtivos ambiental e socialmente responsáveis e sustentáveis”. Uma proposta de recomendação nesse sentido, apresentada pelo deputado brasileiro José Paulo Tóffano (PV-SP), foi aprovada ontem.

O texto aprovado é uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum, principal órgão decisório do Mercosul, composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia dos quatro países. Caso venha a ser acolhido, se tornará uma Decisão do Mercado Comum, que terá de ser referendada pelos congressos nacionais dos países membros do bloco. Uma

vez referendada, passa a valer como uma lei nacional.

### Mulheres

Por recomendação do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), os parlamentares do Mercosul celebraram com uma salva de palmas o Dia Internacional da Mulher.

Já os senadores Efraim Moraes (DEM-PB) e Romeu Tuma (PTB-SP) apresentaram uma proposta de recomendação em favor da adoção de políticas públicas “integradas” em relação à mulher. Entre as sugestões, encontra-se a de estabelecer cotas para mulheres nas futuras eleições para integrantes do Parlamento do Mercosul. A próxima sessão do parlamento está marcada para 19 e 20 de abril, em Brasília.



Plenário do Parlasul aprova declaração de repúdio contra decisão britânica: críticas ao “imperialismo”

## Debates não incluirão número de representantes

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul deverá empenhar-se para evitar que seja reaberta a negociação sobre o futuro número de representantes de cada um dos países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no órgão legislativo regional. A decisão foi tomada a partir de sugestão feita ontem pelo representante nacional permanente junto ao Mercosul, embaixador Regis Arslanian, a deputados e senadores brasileiros, durante café da manhã realizado em Montevidéu, no Uruguai, antes da 22ª sessão plenária do Parlasul.

Uma recomendação sobre a distribuição de assentos já foi aprovada pelo parlamento e enviada ao Conselho do Mercado Comum, principal órgão decisório do bloco, ao qual caberá a última palavra sobre o tema. Mas a delegação argentina solicitou que a decisão fosse revista pelo parlamento, segundo informou o embaixador aos parlamentares. “A decisão está nas mãos do conselho e precisamos evitar que isso volte ao parlamento”, recomendou.

Na primeira etapa de um processo de transição negociado entre os quatro países, o Brasil teria direito a 37 ca-

deiras, enquanto a Argentina ficaria com 26 e Uruguai e Paraguai teriam 18 cada um. Em uma segunda etapa, o Brasil poderia vir a contar com 75 representantes.

Em resposta ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que lhe pediu uma avaliação política da situação do parlamento regional, Arslanian disse que a aprovação definitiva do tema da proporcionalidade – de preferência durante a presidência argentina do bloco, neste primeiro semestre – ajudaria a garantir “maior institucionalidade” ao Mercosul.

### Eleição em 2012

A realização em 2012 das primeiras eleições diretas no Brasil para a escolha de parlamentares do Mercosul começa a ganhar espaço entre os atuais representantes brasileiros – nove senadores e nove deputados indicados pelo Senado e pela Câmara. Inicialmente, as eleições estavam previstas para 2010, mas o projeto de regulamentação das eleições não foi aprovado um ano antes, como determina a legislação brasileira – até mesmo por não estar definido o número de parlamentares a serem eleitos pelos brasileiros.

Abriam-se, então, duas hi-

póteses para a realização das eleições: 2012, com o pleito municipal, ou 2014, quando se renovará o Congresso Nacional. Durante a reunião de ontem, o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), defendeu a realização das eleições em 2012.

– A principal vantagem seria o fato de o eleitor ter de depositar apenas dois votos – para prefeito e vereador – dentro de dois anos – observou.

Cristovam concordou, alertando para o longo período que antecederia as primeiras eleições diretas.

– O ano de 2014 ainda está muito longe – lembrou.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu que a representação promova encontros de parlamentares do Mercosul com as principais lideranças políticas de Brasília, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de fortalecer a instituição. Ele defendeu ainda a ampliação do mandato do atual presidente do parlamento, de apenas seis meses. Hoje, a Mesa diretora tem mandato de dois anos, em que cada um dos quatro países exerce a presidência de forma rotativa, por meio ano.



Mesquita Júnior, Sérgio Zambiasi, Efraim Moraes e Cristovam Buarque durante encontro com embaixador Arslanian



Senadores cobram mudança de foco em escala global na sessão especial de ontem, que homenageou a Campanha da Fraternidade de 2010

## Apelos por modelo econômico justo e solidário

A CAMPANHA DA Fraternidade Ecumênica deste ano e as entidades que a promovem – a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) – foram homenageadas ontem em Plenário. Os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Marco Maciel (DEM-PE), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Cícero Lucena (PSDB-PB) elogiaram a campanha, que apresenta em 2010 o tema “Economia e Vida” e o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Autor da homenagem, Marconi Perillo disse que a CNBB “tem priorizado, ao longo das últimas décadas, temas sociais de extraordinária relevância, principalmente aqueles relacionados à exclusão social e às discrepâncias regionais”. Marco Maciel, em seguida, fez comentário semelhante, ressaltando que “a Igreja Católica tem se esmerado em tratar de assuntos considerados relevantes para a vida social de nosso país”.

Sobre o lema e o tema da campanha, Marconi afirmou que, “de fato, é necessário refletir sobre a acumulação das riquezas materiais, sobretudo quando se considera o descompasso entre o desenvolvimento e os recursos das diversas partes do globo”. Ele também observou que “o Brasil, apesar de ser considerado a oitava economia do mundo, é quase a octagésima em termos de distribuição de renda”.

Marco Maciel lembrou a afirmação do arcebispo de São Paulo, cardeal dom Odilo Scherer, de que a recente crise financeira mundial comprova que “a atividade econômica sem critérios éticos, ou com critérios equivocados, não tem bases sólidas, tendo como consequências a pobreza e o sofrimento de pessoas, grupos e nações”.

### Novo modelo

Para Acir Gurgacz, a campanha trata da “necessidade da sociedade global de encontrar um novo modelo econômico, no qual o bem da maioria se sobreponha ao bem daqueles que atendem somente ao dinheiro”. Tal modelo, segundo ele, “precisa ter como finalidade não a divisão do que já existe, mas sim a multiplicação e a distribuição”.



J. Freitas

– Para atingir esse objetivo é preciso ter em mente a harmonia entre o bem comum e o bem particular – argumentou o senador.

Cícero Lucena, por sua vez, defendeu “a construção de uma economia para a vida no Brasil”. Como exemplo, ele citou o projeto Economia de Comunhão, lançado pela italiana Chiara Lubich, fundadora do movimento católico dos Focolares, em 1991. Segundo o parlamentar, essa iniciativa envolve de forma solidária “empresários, trabalhadores, consumidores, estudiosos e outros operadores econômicos em um projeto de sociedade no qual não existam necessitados”.

Outro aspecto da campanha deste ano enfatizado pelos senadores foi seu caráter “ecumênico” – participam dela diversas igrejas cristãs. Para Marconi Perillo, isso permite “romper barreiras e fronteiras entre as diversas religiões, visando mostrar que o diálogo entre as diferentes denominações cristãs é possível”.

Ao final de seu pronunciamento, o senador fez uma homenagem às brasileiras em virtude da passagem, ontem, do Dia Internacional da Mulher.



J. Freitas



J. Freitas

Diante dos líderes religiosos convidados (foto no alto) e do senador Marconi Perillo, Marco Maciel defende atividade econômica com critérios éticos. Cícero Lucena (acima) pediu construção de uma “economia para a vida”. Gurgacz (E) acha que mundo precisa encontrar modelo que beneficie a maioria

Nelito Dornelas, representante da CNBB; o secretário-executivo do Conic, Luiz Alberto Barbosa; a coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres, Mariane Kirst; e a procuradora do Ministério Público da União Maria de Lourdes Abreu.

Também participaram da cerimônia o bispo primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e diocesano da Diocese

Anglicana de Brasília, Maurício José Araújo de Andrade; o presidente do Conic, pastor sinodal Carlos Augusto Möller; o padre

## Comissão do CPC define primeira inovação

A Comissão de Juristas que elabora o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) definiu ontem detalhes da primeira inovação a ser materializada: o chamado “incidente de coletivização das demandas”.

– A comissão está propondo a criação de um incidente através do qual algumas causas-piloto farão as vezes de milhares de ações propostas, e a solução dada a essas causas valerão para todas as ações que estão

aguardando. Como se fosse uma jurisprudência vinculante, mas ainda na fase inicial – explicou Luiz Fux, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Além disso, os resultados das audiências públicas ocorridas em Belo Horizonte e Fortaleza estão sendo confrontados com os textos em elaboração. As modificações sugeridas, como a necessidade de acelerar os processos, parecem contar com o apoio da sociedade, como

observou Luiz Fux.

– A comissão tem convergido para várias expectativas do cidadão em relação ao novo código – assegurou.

Outras seis audiências públicas irão recolher sugestões: nesta quinta, no Rio de Janeiro; dia 18, em Brasília; dia 26, em São Paulo; 9 de abril, em Manaus; 15 de abril, em Curitiba; e 16 de abril, em Porto Alegre. Sugestões podem ser enviadas para [novocpc@senado.gov.br](mailto:novocpc@senado.gov.br).



Márcio Kallume

Luiz Fux, coordenador da comissão de juristas: proposta começa a tomar forma



Incentivo à participação feminina na vida pública é um dos objetivos de prêmio instituído pelo Senado Federal. Primeira-dama do país e ministra da Casa Civil podem comparecer a sessão solene

# Senado celebra o Dia da Mulher e entrega o Diploma Bertha Lutz

O PLENÁRIO DO Senado sedia hoje, às 10h, sessão solene do Congresso para comemorar o Dia Internacional da Mulher. São esperadas as presenças, entre outras, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da primeira-dama, Marisa Letícia.

Pelo nono ano, o Senado premiará as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. São elas Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá e Clara Perelberg Steinberg. Serão ainda homenageadas Maria Lygia de Borges

Garcia e Fani Lerner (*in memoriam*).

Para o presidente do conselho do diploma, Marco Maciel (DEM-PE), a premiação estimula a participação feminina na vida pública e confirma a tendência do Brasil de valorizar a mulher na política.

– Nós demos voto à mulher antes de muitos países. Esse prêmio serve de estímulo, porque é uma maneira de agradecer pessoas que se destacaram na luta pela consolidação de uma democracia que realmente inclua todos – defendeu.

Serys Silhessarenko (PT-MT), coordena-

dora da bancada feminina no Senado, acredita que o prêmio contribui para dar visibilidade à luta dessas brasileiras no combate às discriminações ainda praticadas contra a mulher.

– Se a gente pensa em construir realmente uma sociedade melhor, mais justa, com direitos iguais, solidariedade, fraternidade, a gente tem que saber que temos que respeitar uns aos outros. Os direitos são absolutamente iguais e temos que ir construindo o tempo inteiro a busca por essa igualdade – disse Serys.



Papaléo Paes condena a existência de situações em que a força física é usada contra a mulher

## Papaléo lamenta persistência de discriminação

Ao celebrar o Dia Internacional da Mulher, Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou ontem a persistência de tradições e heranças negativas de situações em que o predomínio masculino se baseia no uso da força física para colocar a mulher em condição de inferioridade.

– Perduram até os dias atuais as mais diversas formas de discriminação aberta ou disfarçada, em muitos campos da atividade humana – alertou.

O Dia Internacional da Mulher, para o senador, oferece oportunidade de reflexão sobre o papel da mulher na história, no trabalho e na vida política, bem como sobre os direitos humanos e todos os tipos de discriminação contra a dignidade feminina.

– Queremos uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres de todas as raças, credos, condições e origens e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente as mais pobres e excluídas.

## Cícero Lucena pede mais atenção para a saúde feminina

Ao homenagear as brasileiras pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu, ontem, mais empenho dos governantes do país para a área de saúde da mulher. Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, elas ainda enfrentam inúmeras dificuldades, afirmou o senador, defendendo a necessidade de melhoria dos serviços de saúde pública voltados especificamente para o público feminino.

– O governo federal parece utilizar uma venda para não enxergar a latente deficiência do atendimento de saúde no Brasil, em especial para com as mulheres desta nação – disse Cícero Lucena, sustentando que os governos estaduais e municipais também têm sua parcela de responsabilidade com a situação da saúde pública brasileira.

Para o senador, a “falta de compromisso” dos governantes com a saúde pública pode ser constatada pela frequente falta de medicamentos, a inexistência de atendimentos especializados, como a mamografia, na maioria dos hospitais e a falta de atendimento pré-natal.

– É o momento de debater, de refletir, pois é chegada a hora do fim da exclusão e da falta de compromisso dos entes públicos com a saúde da mulher – reclamou o parlamentar.

Cícero Lucena prestou homenagem especialmente às paraibanas, lembrando a música *Paraíba*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Afirmou que essa composição imortalizou “a garra, a força, o destemor e a determinação” das mulheres de seu estado.

O senador também lamentou o fechamento da Maternidade Santa Maria, no bairro Mangabeira, em João Pessoa, o que prejudicou a população local.

## Vidas dedicadas à construção de uma sociedade mais justa



**Leci Brandão da Silva** nasceu no Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1944. É cantora, compositora, instrumentista e umas das mais importantes intérpretes de samba da música popular brasileira. Começou sua carreira no início da década de 70, tornando-se a primeira mulher a participar da ala de compositores da Mangueira. Além de se dedicar à carreira musical, é membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com mandato que começou em 2003 e foi renovado em 2009.



**Maria Augusta Tibiriçá Miranda** nasceu em São Paulo, em maio de 1917. É médica psiquiatra e atuante de movimentos políticos e sociais. Trabalhou por 50 anos em instituições de saúde mental. Participou da campanha denominada “O Petróleo é nosso”, que culminou com a criação da Petrobras, em 1953. Em 1983, escreveu o livro *O petróleo é nosso – a luta contra o “entreguismo”*, tendo sido uma das fundadoras da Federação das Mulheres do Brasil. Foi presa duas vezes durante os governos militares. Atualmente, é presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon).

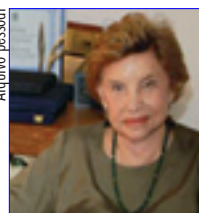


**Cleuza Pereira do Nascimento** tem 70 anos e é prefeita de Salgueiro (PE) pela terceira vez. Foi professora e catequista, até entrar para a política, quando se elegeu, pela primeira vez, em 1992. Voltou ao cargo em 2000 e reelegeu-se em 2004. Popular na cidade de 52 mil habitantes, Cleuza ganhou, em 2005,

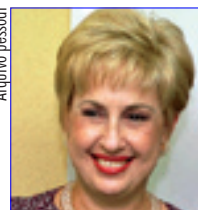
o prêmio Prefeita Amiga da Criança, da Fundação Abrinq. Entre as condecorações que reconhecem seu trabalho, Cleuza conquistou o 2º lugar do prêmio Prefeito Empreendedor 2005, oferecido pelo Sebrae para prefeitos de destaque no apoio a micro e pequenos negócios; e o prêmio Claudia 2006, da Editora Abril, destinado a mulheres que se sobressaem na luta por melhorias para a sociedade.



**Andréa Maciel Pachá** é advogada, professora universitária, juíza da 1ª Vara de Família de Petrópolis (RJ) integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para assuntos da infância e da juventude, e fez parte da equipe que produziu o documento esclarecendo as novas regras para a adoção, lançado pela instituição. Em 2008 e 2009, realizou duas jornadas sobre a Lei Maria da Penha, com objetivo de discutir aspectos doutrinários e traçar jurisprudência da legislação, além de apresentar políticas para instalação de varas especializadas no país.



**Clara Perelberg Steinberg** é engenheira civil formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também se especializou em engenharia industrial e econômica. Em 1977, criou o Instituto Rogério Steinberg, que oferece lazer, atividades e cursos nas áreas de artes plásticas, esportes, música, dança, informática e matemática, entre outras, para crianças e jovens sem recursos financeiros. Foi responsável pela construção de um centro comunitário na favela da Rocinha, no Rio, e de um centro cultural no Colégio Pedro II, também no Rio. Recuperou ainda, no Rio, a Oficina de Artes Maria Tereza Vieira, que oferece cursos de artes visuais, música e cultura.



**Fani Lerner** ocupou por seis anos a Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, a partir de 1989, e exerceu o mesmo cargo, pelo período de oito anos, como secretária de estado no Paraná. Morta no dia 21 de maio de 2009, aos 63 anos, depois de lutar contra um câncer desde fevereiro de 1995, Fani teve papel de destaque em trabalhos sociais realizados no Paraná. Era casada com o ex-governador e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner e, já no período de primeira-dama da cidade e do estado, trabalhou para a transformação e modernização de creches e criou programas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nas gestões de Lerner como prefeito (1971-74; 1979-83; e 1989-92) e governador (1995-2002), Fani criou 16 programas para crianças e adolescentes carentes e construiu 500 creches, que atenderam 485 mil crianças de até seis anos de idade. Outro programa criado por ela foi o Da Rua para a Escola, que dava uma cesta básica de alimentos para suas famílias.



**Maria Lygia de Borges Garcia** criou e presidiu a Fundação de Promoção Social de Mato Grosso (Prosol) no período de 1975 a 1978, época em que seu marido, José Garcia Neto, já falecido, governou o estado. A entidade implantou serviços de promoção social e melhorou a qualidade de vida em Mato Grosso. Um dos projetos proporcionou a instalação de núcleos de comercialização do artesanato mato-grossense, que resultou na criação da Casa do Artesão. A Prosol viabilizou ainda a instalação de mini-indústrias em diversas cidades, a implantação de centros de produção de bordados e trabalhos manuais em Cuiabá e Várzea Grande e a implantação do primeiro centro de reabilitação físico-mental do estado.

## Data relembra massacre de operárias americanas em 1857

Dentro de uma fábrica têxtil em Nova York (EUA), 129 operárias reivindicavam jornada de trabalho de dez horas diárias, o direito a ganharem o mesmo salário que os homens e tratamento digno no trabalho. O ano era 1857. O dia, 8 de março. A carga diária de trabalho, à época, chegava a 16 horas. A resposta foi violenta: elas foram trancadas nas dependências da fábrica, que, na sequência, foi incendiada. As 129 operárias morreram carbonizadas.

Muito antes de a Organização das

Nações Unidas (ONU) institucionalizar a data como Dia Internacional da Mulher, em 1975, em Assembleia-Geral, ela passou a ser utilizada, no início do século 20, para manifestações femininas por melhores condições de trabalho e direito a voto na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Um dos protestos mais importantes foi a marcha que reuniu 15 mil mulheres em Nova York em 1908, exigindo redução da jornada de trabalho, melhores salários e direito a voto.



Mulheres reivindicam direitos no início do século passado: em 1857, protesto levou a 129 mortes



Comissão reúne especialistas para discutir como o país pode reverter desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra especializada

# Brasil está carente de profissionais capacitados

O FOCO E o volume de dinheiro gasto no Brasil em Ciências Sociais mostram um desequilíbrio grande em relação a outras áreas de conhecimento em que há carência de profissionais, provocada, sobretudo, pela inserção do Brasil na economia global nos últimos anos.

A avaliação foi feita ontem pelo presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Braga Arcuri, em painel promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o tema "A política de formação e capacitação de recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo".

Segundo Arcuri, o Brasil precisa investir em inovação tecnológica, já que o país voltou a ter demanda maior que a capacidade do país em formar profissionais em alguns setores,



Carlos Alberto Aragão (E), Alcení Guerra, Fernando Collor e Reginaldo Arcuri: Brasil não tem tempo para discutir métodos

como engenharia.

– À medida que as máquinas vão sendo incorporadas ao processo cotidiano de produção, o trabalhador tem que ter um nível mais específico de qualificação, e isso acaba sendo

feito pela própria indústria, dada a velocidade com que ela necessita desses trabalhadores – afirmou.

Presidente da comissão, o senador Fernando Collor (PTB-AL) observou que o Brasil tem

demanda em nível superior e técnico e que o país não tem mais tempo de "continuar discutindo métodos". O processo de educação a distância, segundo ele, exige profissionais com capacidade de decodificar o que está

sendo passado aos alunos.

– Os professores precisam ser qualificados e ter salário compatível com o magistério – afirmou o presidente da CI.

O painel também contou com a participação do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho; do deputado federal Alcení Guerra (DEM-PR); e do presidente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski.

Carvalho Filho, do CNPq, lembrou que o Brasil forma anualmente cerca de 30 mil engenheiros, número bem abaixo do verificado em países como Rússia (190 mil), Índia (220 mil) e China (650 mil). Embora o Brasil esteja em 13º lugar na produção de conhecimento global, à frente da Holanda e da Rússia, no caso de engenharia o país ocupa a 21ª posição.

## CCT discute as metas de expansão da banda larga

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promove audiência pública hoje para discutir com especialistas o Plano Nacional de Banda Larga.

Autor do requerimento para a realização do debate, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse ontem que o plano é muito importante para o país e que há duas formas de o governo implementá-lo: pela iniciativa privada ou por meio da recriação da Telebrás.

O objetivo do debate, segundo explicou, é conhecer as metas do plano e saber como o

governo pretende implantá-lo para atingir seus objetivos.

– O assunto não é polêmico, pois todos são a favor do plano. Polêmica é a forma de se adotar o plano e é isso que vamos discutir na audiência – afirmou Casagrande.

Foram convidados para discutir o assunto o coordenador dos programas de inclusão digital do governo federal, Cezar Santos Alvarez; o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins; o presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Tele-



Casagrande: assunto não é polêmico, pois todos são a favor do plano

comunicações Competitivas, Luis Cuza; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Sardenberg; e o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, José Fernandes Pauletti.

## Projeto em exame na CAE agiliza transferência de sigilo bancário

Toda autorização judicial que der acesso a dados sigilosos de operações bancárias e de demais instituições financeiras será automaticamente estendida a todos os órgãos públicos de fiscalização que tenham interesse no caso e competência legal para a função. Essa é uma das inovações contidas em proposição que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, que tem por objetivo dar mais eficiência à ação penal por parte do Estado no que se refere ao sigilo das operações de instituições finan-

ceiras, revoga a lei atual sobre o tema (Lei Complementar 105/01), substituindo-a por um novo texto.

A matéria em exame é um substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a dois outros projetos: um (PLS 418/03) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e outro (PLS 49/05) do então senador Antero Paes de Barros.

Depois de passar pela CAE, a proposição terá que ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reunião da CAE está prevista para começar às 10h.

## Plano prevê recursos de R\$ 75,5 bilhões

Um investimento da ordem de R\$ 75,5 bilhões que pode revolucionar o acesso à internet no Brasil. É o que está em jogo no Plano Nacional de Banda Larga, a ser debatido hoje pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, apresentou em novembro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva proposta com subsídios para o plano, de 196 páginas, estabelecendo um conjunto de medidas para

massificar, até 2014, a oferta de acessos à internet por rede banda larga e promover o crescimento da capacidade da infraestrutura de telecomunicações do país.

Segundo o Ministério das Comunicações, os investimentos globais previstos até 2014 são de R\$ 75,5 bilhões – R\$ 26,49 bilhões do governo e R\$ 49,01 bilhões da iniciativa privada.

Entre as metas propostas, está a de atingir 60 milhões de acessos banda larga móvel até 2014. O plano prevê o

acesso à internet banda larga a 100% dos órgãos de governo, incluindo todas as unidades da administração federal, estados e municípios, bem como as 70 mil escolas ainda não atendidas e situadas em áreas rurais.

O documento indica que, sem o plano nacional, o Brasil atingirá 18,3 milhões de acessos banda larga no final de 2014, o que corresponde a cerca de 31,2 acessos a cada 100 domicílios, muito inferior à média de 37/100 domicílios projetados para os países analisados.

## CRA debate hoje situação dos devedores do Finame Agrícola

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza hoje, às 9h30, audiência sobre as dívidas dos produtores rurais junto aos bancos que operam a linha Finame (Financiadora de Máquinas e Equipamentos), como agentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os senadores pretendem obter dados sobre o total da dívida, que já foi renegociado, e sobre a possibilidade de novos

empréstimos. Foram convidados o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o assessor técnico da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) Ademiro Vian; e o consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) Guilherme Dias.

De acordo com o senador Gilberto Goellner (DEM-MT), há total descontrole sobre o volume da dívida e seus custos se tornaram insuportáveis para os produtores.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Cícero Lucena • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP





Alvaro: denúncias sobre cooperativa habitacional envolvem aliado do governo

## Alvaro Dias pede punição para envolvidos no caso Bancoop

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) cobrou providências para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos no escândalo da Bancoop, denunciado pela revista *Veja* no último fim de semana. De acordo com a revista, João Vaccari Neto, que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff, é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002. O Ministério Público de São Paulo decidiu pedir a quebra do sigilo bancário de Vaccari Neto.

A Bancoop, cooperativa habitacional dos bancários de São Paulo, é acusada de não cumprir suas obrigações com os associados que tentaram adquirir casa própria por meio de seus planos. O senador pediu providências para o ressarcimento dos valores subtraídos das pessoas lesadas

pelo esquema.

### CPI

Alvaro Dias solicitou aos partidos de oposição que discutam as providências cabíveis diante das denúncias. Uma das ideias seria a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o caso, mas o próprio senador observou que, "nos últimos meses, o governo Lula aprendeu a dominar as CPIs, amordaçando-as para impedir a investigação e a revelação das irregularidades e das ilicitudes praticadas".

O senador disse ainda que é oportuna a matéria da revista *IstoÉ* "O relatório final do mensalão", com revelações contidas nas 69 mil páginas do processo do Supremo Tribunal Federal, depoimentos dos principais personagens e novas histórias sobre o esquema.

## "Grande intervenção será em 3 de outubro", destaca Adelmir

Adelmir Santana (DEM-DF) voltou a condenar ontem a proposta de intervenção no Distrito Federal, feita pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em consequência das denúncias de corrupção no governo de José Roberto Arruda.

O senador citou duas matérias publicadas no domingo pelo jornal *Correio Braziliense*, em que o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, e o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, também manifestam posição contrária à intervenção. O ministro argumenta que a manutenção da prisão do governador pelo STF aponta para um cenário sem intervenção. Além disso, afirma que os serviços públicos funcionam normalmente no DF. Já Maurício Corrêa sugere que, depois que os pedidos de *impeachment* do governador forem analisados pela Câmara,



Adelmir Santana repercute opinião de autoridades contrárias à intervenção

a normalidade institucional será restabelecida e os partidos políticos se prepararão para as eleições de outubro.

– A grande intervenção acontecerá em 3 de outubro próximo. O eleitor será chamado a escolher o governador, os deputados e corrigir falhas do passado e lutar por luz no futuro, lutar para que a democracia vença – concluiu.

## Maciel quer Cerrado e Caatinga incluídos no patrimônio nacional

Marco Maciel (DEM-PE) pediu ontem em Plenário rapidez na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/03, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional pela Constituição.

De acordo com o autor da PEC, senador Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto visa corrigir uma falha que carece de justificativa científica e resultou na restrita divulgação da importância desses dois biomas.

– Acho que as duas áreas não podem deixar de ser incluídas como de proteção. Assim fazendo, nós estaremos dando um passo que considero relevante para que nós possamos melhorar as condições do meio ambiente em nosso país - disse Marco Maciel.

Maciel citou matéria do jornal *O Globo* sobre levantamento do Ministério do Meio Ambiente que revelou o aumento do desmatamento em áreas de proteção ambiental do Cerrado.

Sancionada em janeiro passado, passa a valer em 1º de janeiro de 2011 lei que institui o Fundo Nacional do Idoso e permite deduzir do Imposto de Renda as contribuições

# Incentivo fiscal a doações que beneficiam os idosos



FOI SANCIONADA NO último dia 20 de janeiro a Lei 12.213/10, que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas as doações feitas aos fundos municipais, estaduais e nacional do Idoso. A nova legislação prevê que o Fundo Nacional do Idoso financiará programas e ações para assegurar direitos sociais e criar condições que promovam autonomia dos idosos, integração e participação efetiva na sociedade.

As receitas para o fundo instituído pela nova lei incluem os recursos que foram destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social para aplicação em programas e ações relativos a idosos. Também irão compor o novo fundo as contribuições

feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente e pelos conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso. O Orçamento da União irá ainda destinar verbas para o fundo, assim como os governos e organismos estrangeiros e internacionais farão contribuições e disponibilizarão o resultado de suas aplicações. Outra fonte serão as aplicações do mercado financeiro.

Não poderá ultrapassar 1% do imposto devido a dedução feita por pessoa jurídica do Imposto de Renda referente a recursos doados aos fundos do idoso somada à relativa às doações feitas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente. O fundo criado pela nova lei será gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI). As novas regras passam a valer em 1º de janeiro de 2011.



Autonomia e integração dos idosos são objetivos da nova lei

## "Medida deveria ter sido criada com o estatuto"

O autor da lei, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), explica que o incentivo fiscal aos doadores de fundos que beneficiam as instituições que cuidam de idosos veio equalizar a situação com a determinação já prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. A dedução contemplava somente os fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nas três esferas governamentais.

– É até surpreendente que não tenha sido criado, quando da elaboração do Estatuto do Idoso, o incentivo fiscal correspondente, à semelhança do que ocorreu no caso do Estatuto da



Mercadante explica que o novo incentivo não aumenta deduções

Criança e do Adolescente. Essa situação é injustificável, eis que significativa parcela de idosos vivem em asilos, que são man-

tidos com imensa dificuldade – argumentou o deputado, na justificativa do projeto.

Relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) enfatizou que a medida não aumenta as deduções do Imposto de Renda atualmente permitidas às pessoas físicas e jurídicas, mas apenas permite que o limite seja aplicado à soma de doações feitas aos fundos responsáveis por programas e ações relativos às crianças, aos adolescentes e aos idosos. Para ele, a medida está em consonância com as regras vigentes sobre a responsabilidade fiscal.

## Paim não vê sentido em eliminar diferença no tempo de serviço

A proposta de igualar o tempo de serviço de mulheres e homens, para fins de aposentadoria, foi criticada ontem por Paulo Paim (PT-RS). Hoje, elas podem se aposentar pelo INSS aos 30 anos de trabalho, enquanto para os homens este prazo é de 35 anos.

– É inaceitável. Elas têm dupla jornada de trabalho. Trabalham fora e em casa. Os homens brasileiros não costumam se dedicar aos afazeres domésticos depois do traba-

lho – disse.

Paim recomendou ainda que os homens aceitem que as mulheres tenham condições de igualdade no mercado de trabalho, como salários idênticos para os mesmos serviços, além de mais acesso aos cargos de chefia e aos cargos e mandatos políticos.

Lembrou que a lei reserva às mulheres 30% das vagas de candidatos nos partidos políticos, mas elas mal chegam a ocupar 10% dos mandatos na Câmara e no Senado.

Paim pediu que o governo realize campanhas pela aplicação integral da Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica contra as mulheres.

"Mulheres têm dupla jornada de trabalho", diz o senador



## Senador lamenta morte do cantor gaúcho Leonardo

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Rio Grande do Sul está de luto com a morte de "um dos maiores ícones da cultura, da tradição e do regionalismo gaúcho": o cantor Leonardo, nascido Jader Moracy Teixeira, que morreu na madrugada de sábado, aos 71 anos de idade, vítima de problemas renais. O senador pediu que seja enviado voto de pesar à família.

Nascido em Bagé (RS), o cantor integrou o grupo regional *Os Três Xirus* e, a partir de 1974, "iniciou uma das carreiras solo de maior sucesso no Sul do país".

O senador afirmou que Leonardo "era uma pessoa generosa, amável, solidária e de um forte espírito de justiça, de igualdade e de liberdade".



Parceria entre Cfemea e Senado permite acompanhar os gastos do governo em programas como os de combate à violência contra mulheres

# Combate à violência contra mulher perde verba

APONTADO COMO PRIORIDADE do governo no conjunto de políticas voltadas para as mulheres, o enfrentamento à violência recebeu menos recursos em 2010, com um decréscimo de 1,6% em relação ao ano passado. A implantação de delegacias especializadas no atendimento à mulher e de centros específicos para realizar perícia médico-legal nas vítimas de violência, por exemplo, não recebeu nenhum centavo no Orçamento deste ano.

Isso mostra que, na prática, não há prioridade no Ministério da Justiça para implementar a Lei Maria da Penha, principal instrumento legal de combate à violência contra as mulheres, avalia a assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Sarah Reis.

A entidade é considerada a mais atuante no acompanhamento de programas e ações do Orçamento da União voltados para as mulheres. Em 2002, desenvolveu metodo-

logia apropriada para realizar esse monitoramento. Três anos depois, uma parceria com o Senado permitiu colocar à disposição do público, pela internet, o Orçamento Mulher.

Em 2007, o Siga Brasil, sistema que permite acesso direto a bases de dados do governo, desenvolvido pela Consultoria de Orçamento do Senado com a Secretaria Especial de Infor-

mática (Prodasen), ficou ainda mais amigável, com a criação do Portal do Orçamento. Por meio de consultas prontas, é possível, por exemplo, verificar a implementação da Lei Maria

da Penha. Na semana em que se homenageia o Dia Internacional da Mulher, o *Especial Cidadania* dedica sua edição ao Orçamento Mulher e à importância de acompanhá-lo.

## Entenda as diferenças

No processo orçamentário, o que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente nem sempre vira realidade. Entre a dotação inicial e o que será efetivamente gasto em determinado programa, pode haver uma grande diferença

Capítulo / Prioridade	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado Autorizado	Pago Autorizado
3.8 - Estimular e implantar a Atenção Integral à Saúde das Mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, e de deficiência física e intelectual	53.344.232	53.344.232	891.289	82.898	82.898	1,38%	0,15%
<b>4 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres</b>	<b>27.144.232</b>	<b>27.144.232</b>	<b>497.957</b>	<b>73.388</b>	<b>73.388</b>	<b>2,11%</b>	<b>0,27%</b>
4.1 - Ampliar e aperfeiçoar a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência	818.188.417	818.188.417	47.282.377	38.984.833	38.984.833	5,79%	4,48%
4.2 - Garantir a implementação de Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais	286.175.888	286.175.888	17.213.776	12.181.872	12.181.872	5,77%	4,28%
4.3 - Promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado	487.550.854	487.550.854	22.125.785	12.288.851	12.271.368	4,73%	2,52%
4.4 - Promover e atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado em espaços	28.134.888.888	28.134.888.888	8.237.888.448	5.583.811.812	5.583.233.148	21,82%	21,28%
4.5 - Garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade de prostituição	178.418.884	178.418.884	14.871.714	12.154.833	12.148.888	8,34%	6,77%
4.6 - Promover e fortalecimento dos direitos humanos das mulheres	1.888.237.888	1.888.237.888	82.248.128	78.211.738	78.211.738	4,31%	4,18%
5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	23.724.888	23.724.888	1.434.843	81.881	81.881	5,98%	0,34%
5.1 - Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	23.724.888	23.724.888	1.434.843	81.881	81.881	6,08%	0,31%
5.2 - Criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres	17.830.888	17.830.888	344.843	83.888	83.888	1,97%	0,47%
5.3 - Fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural	23.724.888	23.724.888	384.843	83.888	83.888	1,88%	0,34%
6 - Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar	1.433.216.311	1.433.216.311	348.843.888	38.387.334	34.213.384	25,84%	2,37%
6.1 - Promover e valorizar a participação das mulheres em instâncias colegiadas de implementação de políticas ambientais com base territorial, bem como do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAM e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGRHO	186.481.237	186.481.237	9.828.128	0	0	5,28%	0,00%
6.2 - Promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associadas à biodiversidade	8.730.888	8.730.888	128.732	128.732	128.732	1,48%	1,48%

- 1. Dotação inicial:** valor que consta na lei orçamentária aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.
- 2. Autorizado:** valor que o governo está autorizado a gastar.
- 3. Empenhado:** valor reservado pela administração pública para cobrir uma determinada despesa.
- 4. Liquidado:** é quando a administração pública reconhece que o bem foi entregue e (ou) o serviço prestado.
- 5. Pago:** é quando a administração pública quita o seu débito, ou seja, o dinheiro sai do governo para custear a ação.
- 6. Empenhado/autorizado:** indica que percentual, dentro do total autorizado para o governo gastar, já foi empenhado.
- 7. Pago/autorizado:** indica que percentual, dentro do total autorizado para o governo gastar, já foi pago.

## A cada 15 segundos, uma mulher é espancada no país

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) ainda não conseguiu reduzir significativamente as estatísticas alarmantes sobre as agressões contra as mulheres, segundo a titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Sandra Gomes de Melo. A cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil, revela pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

O que mudou foi que as vítimas se sentem mais encorajadas a denunciar seus agressores. "Antes da lei, apenas 40% denunciavam. Hoje, esse índice subiu para 50%", diz a delegada. Mesmo assim, ainda é baixo.

Muitas mulheres ainda preferem se calar. As agressões geralmente começam com menor potencial ofensivo. Essa violência não tem classe, nem cor. Ela atinge as mulheres indistintamente – resume Sandra Gomes. Diante desse quadro, re-

presentantes do Ministério Público, de entidades feministas e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres protestaram contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 24 de fevereiro passado, pela qual a ação penal contra o agressor proposta pelo MP, nos casos de agressão leve, só pode ter continuidade se a vítima quiser. Se ela retirar a queixa, o processo é finalizado.

Essa condicionalidade não era exigida pela Lei Maria da Penha, explica Gilda Pereira, procuradora federal dos direitos do cidadão. No entanto, havia entendimentos divergentes na aplicação da lei, agora dirimidos com a decisão do STJ.

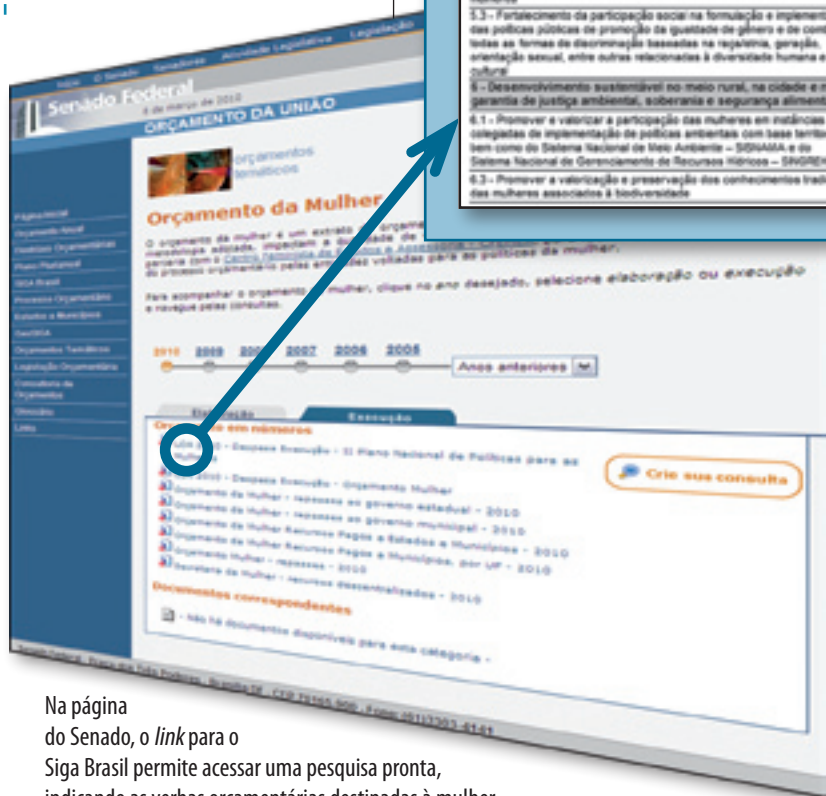
O problema é que são poucas as mulheres que representam contra o seu agressor. Cerca de 90% das ocorrências são arquivadas por falta de representação das vítimas, segundo estimativa divulgada pela imprensa.

## Acesse o Siga e confira as verbas programadas

Para acessar o Siga Brasil, entre na página [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). No menu à esquerda, clique em Orçamento. Por esse caminho, é possível entrar direto no Portal do Orçamento. A etapa seguinte é acionar o ícone dos orçamentos temáticos, à direita da página. Entre os oito listados, localize o link para o Orçamento Mulher e clique para acessá-lo.

É possível acessar dados desde 2002. Duas abas indicam ao usuário se os dados são da execução do Orçamento ou da sua elaboração.

Não se pode esquecer que a lei orçamentária brasileira é apenas autorizativa. Portanto, o governo, por meio do bloqueio de verbas (contingenciamento), pode deixar de executar qualquer item que não esteja entre os repasses obrigatórios.



Na página do Senado, o link para o Siga Brasil permite acessar uma pesquisa pronta, indicando as verbas orçamentárias destinadas à mulher

## Orçamento reserva R\$ 39,6 bi para execução de políticas femininas

A lei orçamentária deste ano assegurou R\$ 39,6 bilhões ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que reúne os gastos federais prioritários, discutidos com as entidades dos movimentos feministas. Houve um acréscimo de R\$ 2,5 bilhões ao que foi aprovado pelo Congresso para 2009. Qualquer interessado pode verificar esses números por meio de uma consulta pronta, incluída no Siga Brasil no ano passado.

A importância dessa iniciativa é dar transparência à execução do II PNP, resultado da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que reuniu 2,7 mil delegadas, em 2007, representando quase 200 mil mulheres, como explica a consultora do Senado Rita Santos. Por meio dessa consulta, é possível comprovar que o enfrentamento da violência

contra as mulheres é o carro-chefe do PNP. Detém R\$ 28,2 bilhões do total orçado em 2010. Só que, como alerta o Cfemea, precisa ser mais bem examinado.

Desse total, a maior fatia (R\$ 26,2 bilhões), como mostra o Siga Brasil, vai para o atendimento à saúde da mulher, o que, segundo a entidade feminista, nem sempre envolve as vítimas de violência. Ações mais específicas que revelam o grau de implementação da Lei Maria da Penha – por exemplo, a ampliação e a consolidação da rede de serviços especializados, com psicólogos, médicos, policiais e assistentes sociais – acabam esvaziadas por receber poucos recursos (veja *infográfico*).

O Programa Nacional de Políticas para as Mulheres reúne, ao todo, 118 ações, distribuídas em 54 programas.

### Saiba mais

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**  
Tel.: (61) 3411-4246  
[www.presidencia.gov.br/spmulheres](http://www.presidencia.gov.br/spmulheres)  
[ouvidoria@spmulheres.gov.br](mailto:ouvidoria@spmulheres.gov.br)

**Central de Atendimento à Mulher**  
Disque 180

**Legislação federal**  
[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

